



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

COMUNICADO

Universidades e Politécnicos: Um país para ricos e outro país para pobres?...

A democratização do acesso à educação que ocorreu no pós 25 de abril não eliminou os tiques elitistas que ainda subsistem nos dias de hoje, sendo o sistema do ensino superior em Portugal, de uma forma genérica, elitista, como bem demonstram os últimos estudos e artigos de opinião publicados.¹

Se, no ensino básico e secundário, grande parte do elitismo foi eliminado, por via da massificação do ensino e do estabelecimento do 12.º ano como escolaridade obrigatória, é verdade que ainda subsiste uma menorização do ensino profissional relativamente às restantes vias do ensino secundário, algo que deveria ser combatido e eliminado.

Os elitistas, quase totalmente, repelidos do ensino básico e secundário, encontraram refúgio no ensino superior, onde ainda subsistem e prosperam.

No caso do ensino superior, isso é mais do que evidente, verificando-se todos os dias, desde logo, porque as universidades têm uma estrutura dirigente que tem um reitor e organização em faculdades, enquanto que os politécnicos têm presidentes e escolas e institutos.

O mesmo ocorre com as carreiras docentes e o acesso às mesmas do ensino superior, onde tudo é feito para manter a divisão². Uns têm que ser sempre superiores aos outros e é necessário vincar esse estatuto de superioridade.

O mesmo acontece com as vagas anuais para o acesso ao ensino superior. Como é possível (dados recentemente publicados³) que as universidades tenham mais vagas (28.236) do que os politécnicos (22.639). É que estes atos não batem certo com as necessidades do país e com as palavras dos governantes. E das duas uma: ou não faz sentido existir este sistema binário ou os politécnicos, por natureza, têm que ter (muitas) mais vagas do que as universidades.

Como refere o Prof.º Alberto Amaral, o sistema está desenhado para que os filhos de pais habilitados com um grau de ensino superior sejam capazes de aceder aos cursos universitários com maiores médias, restando aos filhos dos pobres os politécnicos,

¹ Ver estudo do Prof.º Alberto Amaral

² Na universidade: Professor Catedrático, Professor Associado, Professor Auxiliar; no Politécnico: Coordenador Principal, Professor Coordenador, Professor Adjunto.

³ Dados recolhidos do site da DGES: <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/acesso-superior-candidatura-ao-ensino-superior-publico>



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

perpetuando-se assim a “*linhagem*” e mantendo-se a necessária divisão entre ricos e pobres.

O mesmo aconteceu na representação dos profissionais da engenharia.

Até à publicação do atual estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos em 2015 também era evidente esse mesmo padrão.

A ação da Ordem dos Engenheiros Técnicos quebrou o dito padrão e forçou que outras ordens profissionais seguissem o mesmo caminho.

A maior das vitórias conseguida pela Ordem dos Engenheiros Técnicos até hoje foi a consagração do seu direito estatutário de representar os diplomados de todos os graus académicos em engenharia, obtidos nos Politécnicos ou nas Universidades, o que implicou o fim da tradicional estratificação social em que os diplomados pelos politécnicos eram representados pela Ordem dos Engenheiros Técnicos e os das universidades pela Ordem dos Engenheiros. Isso, felizmente, acabou em 2015.

De facto, com a Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro, que aprovou o atual estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos, este panorama acabou, porquanto o seu âmbito de representatividade contempla os diplomados com os diferentes graus académicos dos politécnicos e das universidades, dos setores privado, público, militar, concordatário, ou seja, os bacharéis, os licenciados pré e pós-Bolonha, os mestres pré e pós-Bolonha e os doutores, em engenharia. Ou seja, TODOS se podem inscrever na Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Desde 1974 que os Politécnicos (Institutos Superiores de Engenharia) formaram detentores de 1.º ciclo (qualquer que seja a designação – Bacharel ou, após 2006, Licenciado) com um perfil de formação que os habilitava de facto para o exercício profissional. Isso significava que, embora detentores de uma formação superior de 1.º ciclo, isso era suficiente para lhes proporcionar as qualificações necessárias ao acesso, com qualidade e competência, ao mercado de trabalho.

Com o tempo, o poder político percebeu que a formação inicial de 1.º ciclo, era suficiente para que esses diplomados acedessem à generalidade dos atos de engenharia e, conseqüentemente, foi capaz de legislar nesse sentido. Adicionalmente, ficou consagrado outro princípio segundo o qual, mediante a aquisição de graus académicos superiores adicionais ou através da acumulação de experiência profissional, esses diplomados poderiam aceder a todos os atos de engenharia, consagrando este princípio na lei (primeiramente na Lei 31/2009, e mais tarde com a Lei 40/2015). Ficou assim consagrada na lei uma ideia-chave que fez parte, desde sempre, do pensamento da OET: A



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

formação inicial é importante, mas não pode ser determinante para o que uma pessoa pode fazer durante a sua vida profissional.

E assim se desatou o primeiro nó do elitismo à portuguesa.

O reflexo mais evidente da consolidação desta grande alteração é o facto de que hoje ser engenheiro técnico não significa ser oriundo só dos politécnicos, mas sim que ser engenheiro técnico significa ser um profissional da engenharia altamente qualificado que obteve a sua formação académica no ensino politécnico ou no ensino universitário.

O tempo encarregar-se-á de consolidar esta alteração de paradigma.

E com isto terminou um estigma com mais de 160 anos, um tempo ao longo do qual os engenheiros técnicos foram minorizados, espezinhados e apupados. Felizmente, esse é um passado que será documentado na história, mas que não voltará.

Essa transformação que ocorreu na sociedade portuguesa, nomeadamente ao nível da representação profissional, não foi acompanhada pelas igualmente necessárias transformações na academia, onde ainda subsiste a lógica anterior. Nem outra coisa seria de esperar já que a academia, motor de progresso na sociedade, tem muita dificuldade em reformar-se a si própria.

Mesmo com reformas disruptivas, os poderes instalados que personificam a “*linhagem*” de que temos vindo a falar que, com a soberba e arrogância habituais, foram conseguindo manter (há já 13 anos, pasme-se) os mestrados integrados em engenharia, à revelia de tudo o que se fez na Europa na sequência do processo de Bolonha. De facto, o mestrado integrado, a existir, só deveria ter lugar nas profissões que constam na diretiva de qualificações profissionais da União Europeia⁴, na qual não consta a engenharia.

O Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior já anunciou o fim dos mestrados integrados em engenharia. No entanto, esse anúncio ainda não se encontra em letra de lei e, concomitantemente, continuam a ser abertas vagas para esses mestrados integrados em engenharia, algo que desvirtua completamente o processo de Bolonha. Para essas elites, Bolonha não lhes fez diferença nenhuma porque tudo continua na mesma, desde o Estado Novo.

Estando interligadas a formação académica e o exercício da profissão, será talvez a altura de idêntica filosofia e estratégia ser transposta para as universidades e politécnicos, nomeadamente mediante o estabelecimento de uma carreira docente única. Por outro

⁴ Profissões que constam na Diretiva: médico, médico especialista, arquiteto, enfermeiro responsável por cuidados gerais, dentista, dentista especialista, veterinário, parteira e farmacêutico.



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

lado, um destes dias teremos que equacionar se ainda faz sentido este sistema binário (pelo menos da área da engenharia), e de uma mesma atribuição de graus académicos, designações e conteúdos.

Ou seja, ainda há muitos nós por desatar.

Assim, ainda teremos que ajudar a desatar os restantes nós do *elitismo à portuguesa*, de uma vez por todas.

Lisboa, 27 de julho de 2019

O Conselho Diretivo Nacional